

"Ninguém pode se enganar quanto ao tom desses livros voluntariamente sem paixão exterior, poesia e o pitoresco fácil. Eles escondem mal, eles traem uma paixão violenta por este país imenso [...], um senso agudo de verdade, inteligência, honestidade – o que é ainda a melhor maneira de amar os homens, em qualquer lugar que estejam" (Fernand Braudel sobre Caio Prado Jr.).



BERNARDO RICUPERO
é doutorando em
Ciência Política pela
FFLCH-USP.

Caio Prado Jr.:

**o primeiro
marxista
brasileiro**

Quando comentei com algumas pessoas que pretendia escrever minha dissertação de mestrado sobre Caio Prado Jr., boa parte delas mal conseguiu disfarçar sua estranheza. Tenho a impressão de que devem ter imaginado que um estudo desses seria uma perda de tempo. Essa atitude me parece refletir uma imagem bastante difundida de nosso autor em alguns círculos “bem pensantes”: como alguém que teve sua importância, mas que é de certa forma datado.

A relevância de Caio Prado Jr. é reconhecida por ser ele considerado, juntamente com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, um dos autores que inaugura, a partir da década de 30, uma nova maneira de se entender o Brasil. As abordagens dos três teriam sido favorecidas sobretudo pelos novos ventos que passaram a soprar no país desde os anos 20 e que se tornaram irreversíveis com a Revolução de 1930. Já se tornou mesmo redundante citar Antonio Candido (1) quando afirma que sua geração foi marcada por três livros: *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr.

Mas, a partir das importantes sugestões de Antonio Candido, formulou-se uma quase representação da contribuição que cada um desses autores teria dado à compreensão de nossa realidade (2). Tem-se mesmo a impressão de que há quase o equivalente a uma divisão do trabalho entre os pais fundadores do pensamento social brasileiro. Gilberto Freyre teria importância por, influenciado pela antropologia cultural norte-americana, ser um dos primeiros a reconhecer a relevância da “contribuição negra” na formação de nossa sociedade. Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, inspirado em grande parte na sociologia weberiana e na hermenêutica alemã, teria chamado a atenção para a predominância de relações primárias entre nós, verdadeiro impedimento para o estabelecimento da democracia no Brasil. Já Caio Prado Jr. garantiria seu lugar no panteão dos grandes intérpretes do Brasil, por ser

o inaugurador no país do uso de um “método relativamente novo”, o materialismo histórico. O que teria feito com que “as classes emerg(issem) pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira – enquanto categoria analítica” (3).

Desses três pensadores fundamentais, Sérgio Buarque é o que provavelmente conserva a melhor reputação, o que talvez se deva mais a motivos políticos do que intelectuais. Mas como não poderia deixar de ser, nem mesmo o historiador weberiano está imune às críticas. A principal delas é que enfatiza demasiadamente a importância que tiveram os aspectos culturais em nossa história. Conseqüentemente, sua análise compartilharia de defeitos comuns a outros enfoques do tipo, em especial, uma certa dificuldade em lidar com a mudança.

Em relação a Freyre, as avaliações são mais contundentes. Conviveria com seu lado positivo uma face maléfica. Afinal, o sociólogo pernambucano seria o principal formulador de uma ideologia, a ideologia da democracia racial. Ela teria sua importância por fornecer, nas palavras de Renato Ortiz, “uma carteira de identidade ao brasileiro” (4), mas também, como ideologia, não deixaria de encobrir aspectos não muito edificantes de nossa realidade. Em particular, a brutalidade que teve a escravidão entre nós, brutalidade que persiste nas relações entre raças no Brasil. Assim, como disse certa vez Florestan Fernandes, o brasileiro passou a ser “o sujeito que tem o preconceito de não ter preconceito” (5).

No caso de Caio Prado Jr., boa parte das críticas, ou, ainda pior, do silêncio em relação a ele, provém de sua associação com o marxismo. Caio Prado seria um autor “economicista”, incapaz de compreender as múltiplas facetas que compõem a nossa realidade. Tem-se mesmo a impressão de que alguns reagem com um certo alívio ao pretensão desmoronamento da obra do historiador paulista, supostamente ocorrido como conseqüência e conjuntamente com a queda do Muro de Berlim.

Por motivos editoriais, as notas de rodapé encontram-se no final do texto.

CAIO PRADO JR., MARXISTA BRASILEIRO

A nosso ver, porém, boa parte do interesse da obra de Caio provém precisamente de sua associação com o marxismo. Isso principalmente em razão de o historiador paulista ter sabido utilizar como poucos em nosso país o método marxista no estudo de um objeto particular, a experiência histórico-social brasileira. Conseguiu, dessa forma, ser original ao analisar essa experiência. Condição que acaba mesmo por afastá-lo da maior parte de nossos marxistas, incapazes que foram, quase todos, de compreender as particularidades das quais é feita nossa formação econômico-social.

De forma mais ampla, pode-se considerar que a história da relação do marxismo com a América Latina é a história de um desencontro constante. Como diz Carlos Franco: há “uma espécie de mútua e secreta repulsão, que afasta a América Latina do marxismo (isto é, a realidade da teoria) e expulsa o marxismo da América Latina (isto é, a teoria da realidade)” (6). O problema é, portanto, duplo: o marxismo teima em não entender a América Latina, a qual, por sua vez, faz questão de não facilitar essa tarefa. Isto é, a forma como a teoria é empregada se mostra incapaz de realizar seu objetivo, a compreensão de uma determinada realidade, mas, por outro lado, a realidade também faz o possível para dificultar a tarefa, já que é “excêntrica”, diferente de tudo que se conhece.

Não era fácil, porém, para Marx e os marxistas que o seguiram compreender a particularidade latino-americana. Enquanto ao tratarem da Europa e mesmo da Ásia já encontravam referências histórico-sociais bastante claras, que contribuíram para criar a imagem de espaços culturais minimamente delimitados, em países novos como os nossos, não são tão evidentes os traços fundamentais constitutivos de nossas respectivas realidades.

Talvez se possa mesmo considerar a relação do marxismo com a América Lati-

na ainda mais difícil do que a de outras tradições políticas, como o liberalismo, com o subcontinente. Essa dificuldade deriva de uma discrepância básica: enquanto a relação que se estabelece entre o liberalismo e nossa formação econômico-social ocorre tanto ao nível das idéias como das instituições, o marxismo se relaciona com o país apenas no plano das idéias.

Assim, era quase inevitável que o convívio do liberalismo com o Brasil fosse tenso, já que nem sempre as instituições aqui criadas correspondiam às condições existentes. Isto é, por ter se tentado fazer com que as idéias liberais ganhassem permanência, se cristalizassem na forma de instituições, que passaram a conviver diretamente com a realidade, talvez mesmo passando a fazer parte dela, ficou mais evidente o desencontro do liberalismo com o Brasil. Por outro lado, se as idéias não têm a obrigação de se fazerem traduzir para a realidade, como ocorreu com o marxismo entre nós, o preço cobrado pela realidade é também menor. Dessa forma, as idéias podem mesmo ser inadequadas, mas isso se percebe menos, já que o aparente peso delas é menor.

De qualquer forma, duas são as principais atitudes que aparecem quando o marxismo se depara com a América Latina. Latino-americanos se perguntam se o marxismo deve ser assimilado a certas fórmulas que possuiriam uma validade universal, o que o tornaria uma espécie de modelo aplicável às condições as mais diversas, ou se, ao contrário, só pode ser entendido como o resultado da adaptação de uma teoria a realidades particulares.

Aceitar a primeira hipótese e considerar o marxismo como verdade universal implica em abstrair a teoria da realidade. Foi basicamente isso que fizeram nossos partidos comunistas, influenciados pela III Internacional. Como acreditavam que já sabiam para onde conduziria a história, concluíam que era desnecessário perder tempo com o exame de experiências específicas. Ser marxista no Brasil ou no México não passaria, assim, de acaso, significando basicamente o mesmo que ser mar-

xista na Rússia ou na China. Dessa forma, a teoria se converteu em algo exterior à realidade. O que implica numa visão da teoria, no caso, o marxismo, como algo acabado e auto-suficiente (7).

À primeira vista, portanto, a outra alternativa parece ser mais satisfatória. Ou seja, a questão não seria mais de “aplicar” as fórmulas da teoria à realidade, mas, ao contrário, de “adaptar” o marxismo às condições da América Latina. O que foi, por sua vez, tentado pelo peruano Victor Raúl Haya de la Torre (8) e outros populistas latino-americanos. Essa maneira oposta de considerar o problema traz consigo, contudo, o risco de desqualificar a teoria a tal ponto que ela se torne irreconhecível e mesmo desnecessária. Isto é, se o marxismo fosse capaz de absorver qualquer forma referente às mais variadas sociedades, não mais seria marxismo, nem mesmo teoria, mas apenas uma expressão da realidade de quase não mediatizada. Assim, sua maneira de abordagem particular, o que o torna marxismo, se diluiria no seu objeto.

Caio Prado Jr. e outros poucos latino-americanos, como José Carlos Mariátegui, foram capazes, porém, de fazer uso do materialismo-histórico sem subordinar a realidade às fórmulas da teoria ou subordinar a teoria à realidade (9). Foi, além do mais, a observação quase em primeira mão desses autores e de alguns outros, muito deles não marxistas, que estabeleceu de forma mais definitiva os contornos em torno dos quais se pode hoje pensar nossas realidades. Essa observação fez mesmo com que se estabelecessem novas abordagens, definindo caminhos teóricos específicos que possibilitaram que, em grande parte, se desse conta de nossas particularidades.

A realização particular de nosso autor faz com que se possa mesmo parafrasear alguém e afirmar que Caio Prado Jr. foi um marxista da América Latina e do Brasil, mas que nem todo marxista da América Latina e do Brasil foi Caio Prado Jr. Ou seja, a primeira afirmação nos serve para muito pouco, situa Caio Prado num certo contexto intelectual e político, mas não explica suas diferenças dentro desse con-

texto, o que impossibilita uma compreensão mais completa de seu pensamento. A afirmação não explica inteiramente o pensamento do historiador paulista precisamente em razão de que nem todo marxista da América Latina e do Brasil é Caio Prado Jr. Conseqüentemente, precisamos avançar no problema e entender como um determinado marxista da América Latina e do Brasil, Caio Prado Jr., não é qualquer marxista da América Latina e do Brasil, mas verdadeiramente um marxista latino-americano e brasileiro, isto é, alguém que conseguiu fundir teoria marxista com realidade latino-americana e brasileira.

Assim, apesar de Caio Prado pertencer a um ambiente facilmente reconhecível, o marxismo da América Latina e do Brasil, meio que lhe fornece os temas que sente necessidade de confrontar — como a questão nacional, a questão agrária — e estabelece a terminologia que utiliza — imperialismo, nacionalismo, revolução, etc. —, vai além de seu ambiente. Dessa forma, num livro esquerdistas dos anos 60, com a familiar palavra revolução em seu título (10), *A Revolução Brasileira*, demole o que chama de “teoria ortodoxa da revolução brasileira”, ou seja, precisamente a teoria de seu meio.

O que possibilita que Caio faça isso é o fato de ter “nacionalizado” o marxismo, ou seja, ter traduzido o modo de abordagem dessa teoria às condições de uma experiência histórico-social específica, a do Brasil. Assim, Caio Prado Jr. acaba por se destacar de nossos marxistas, que até recentemente, em sua quase totalidade, foram incapazes de realizar uma reflexão original sobre o país em que vivem, se contentando, em compensação, a consumir as teses da III Internacional sobre o que ela chamava de “países coloniais, semicoloniais e dependentes” (11).

Não deixa, contudo, de ser irônico que a tradição que fez do marxismo predominante no Brasil e na América Latina praticamente um mero consumidor de fórmulas prontas tenha surgido justamente do esforço de compreender a particularidade de uma certa formação econômico-social. Ou melhor, o marxismo-leninismo, entendido por

estas bandas como sinônimo de marxismo, já que na América Latina praticamente inexistiu tradição marxista anterior à formação de nossos fracos partidos comunistas (12), é fruto, na feliz expressão de Richard Morse, da “russificação” da doutrina original (13). É, portanto, em grande parte, devido a certas raízes nacionais que o Partido Bolchevique e o marxismo soviético assumiram, para o bem e para o mal, muitas das características que tanto os marcaram depois.

A relação de Caio Prado Jr. com o marxismo do Brasil e da América Latina não é, todavia, simples. Ao mesmo tempo que ele é um inovador dentro dessa tradição, também é um continuador. É continuador porque parte da grande preocupação que orientou nosso marxismo, a questão nacional, e é inovador em razão de ao pensar este problema, a partir dos anos 30, sugerir uma abordagem original que só será retomada, por outros, no final da década de 50 (14).

Ou seja, a atenção de Caio Prado está voltada para o tema em torno do qual o marxismo da América Latina e do Brasil praticamente se constituiu, o que o faz um importante representante dessa linha intelectual e política, ao mesmo tempo que pensa este problema de forma nova, diferente de praticamente todos os nossos marxistas. Como eles, também é influenciado pelo clima de opinião, nacionalista e antiimperialista, que desde 1917 sopra da Rússia, mas, diferentemente deles, não se contenta em consumir algumas teses da III Internacional sobre países pretensamente similares ao nosso. Assim, a partir de uma preocupação comum à esquerda, afasta-se dela, ironicamente porque é fiel ao espírito que deve animar o marxismo, de ser um método para a compreensão e transformação da realidade.

Paradoxalmente, ao afastar-se do marxismo da América Latina e do Brasil, Caio se aproxima de outras tradições políticas. Em especial, de uma certa vertente de nosso liberalismo que, como nota José Murilo de Carvalho (15), desde José Bonifácio e Joaquim Nabuco, insiste na necessidade de integrar as massas populares à vida nacio-

nal. O que ocorre por reconhecê-lo, de maneira similar a nosso autor, que para haver verdadeiramente Estado-nacional é preciso que existam cidadãos, coisa impossível num país de escravos.

A NACIONALIZAÇÃO DO MARXISMO POR CAIO PRADO JR.

A nacionalização do marxismo, que a obra de Caio Prado Jr. promove, se dá a partir de uma questão central: a relação entre Colônia e Nação no Brasil (16). É mesmo a constante atenção a esse tema que fornece aos seus diversos escritos uma indiscutível unidade.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a Colônia representa, para nosso autor, “o passado que nos fez” (17), enquanto a Nação é o futuro a ser construído. Pode-se identificar, portanto, no pensamento de Caio Prado, tanto um elemento analítico, que aparece no estudo da Colônia, como um elemento normativo, que é fruto da defesa que faz que se constitua no Brasil o que entende por ser uma verdadeira Nação. Não é fácil, porém, delimitar precisamente quando para o historiador paulista uma situação finda e a outra se inicia. Isso porque Caio define Colônia e Nação não tanto a partir de uma delimitação temporal, mas principalmente com base em algumas características estruturais.

Além do mais, numa perspectiva dialética, não vê a relação entre Colônia e Nação como simplesmente de oposição. Ao contrário, apesar de fazer uma avaliação francamente negativa do passado colonial brasileiro, reconhece que foi nele que “se constituíram os fundamentos da nacionalidade” (18). Ou seja, mesmo que não goste da Colônia, Caio Prado Jr. não é ingênuo ou desonesto a ponto de imaginar que a Nação a se constituir possa ignorar a obra realizada anteriormente. Sabe mesmo que, quer queiramos quer não, a Colônia é de onde partimos, não se podendo “propor a revogação por decreto do sistema colonial”, já

que “é com ele que o Brasil conta e tem de contar para se dirigir em sentido contrário a ele” (19).

Mais importante ainda, o pensamento de Caio Prado, tanto no que tem de analítico como no que tem de normativo, está fortemente marcado pela influência marxista. Na análise, Caio utiliza-se do marxismo para explicar a Colônia e a grande exploração, elemento mais característico dela, como totalidades (20) e interpreta a transição entre a situação colonial e a situação nacional brasileiras, de forma similar a Lênin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, como um caso em que as formas características de diferentes tempos históricos, presentes em qualquer formação econômico-social, encontram-se num estado particularmente contrastante (21). Por sua vez, a prescrição que faz, favorável ao estabelecimento do que entende por ser uma verdadeira Nação brasileira, está diretamente inspirada na identificação, por parte da III Internacional, da luta nacional antiimperialista como base em torno da qual tratar a questão nacional (22).

A partir desses parâmetros marxistas, contudo, Caio Prado Jr. estabelece, ao estudar a sociedade brasileira, um caminho próprio para o materialismo histórico, efetivamente nacionalizando essa teoria. Caio Prado mostra em particular que, diferente-

mente do que se poderia supor pelo exemplo europeu, não se vive no Brasil a transição entre o feudalismo e o capitalismo, mas entre uma situação colonial (ligada ao capitalismo então em formação) e uma situação nacional (ainda capitalista).

Caio indica, portanto, que a história brasileira está relacionada desde seu início e continuará a ter de estar vinculada, por algum tempo, ao capitalismo, mesmo que o capitalismo aqui criado não seja qualquer capitalismo, mas um certo capitalismo. Assim, as condições que existem no Brasil são diferentes, tanto das existentes nos países de capitalismo avançado da Europa e da América do Norte, como nos países coloniais e semicoloniais da África e da Ásia.

Essas conclusões de Caio Prado Jr. parecem, entretanto, ser mais o fruto de seu próprio esforço intelectual do que da leitura de textos influentes. Nesse sentido, Caio Prado é realmente um autor original. Originalidade que deriva de uma de suas características principais ser, como nota Antonio Candido (23), sua insistência em se ater ao concreto. Recusa, portanto, o fácil procedimento de aplicar modelos prontos, seja na análise histórica, na teoria econômica ou na prática política. O que faz com que o que retenha do marxismo seja a abordagem e não fórmulas etéreas. Assim, mesmo que Carlos Nelson Coutinho tenha

Da esquerda para a direita: Clóvis Gracindo, Caio Prado Jr., Sérgio Milliet, Luis Martins, Eduardo Maffei, Arnaldo Pedroso D'Horta (abril de 1944)



razão ao dizer que Caio não devia conhecer muito marxismo (24), isso não tem grande importância. Ou melhor, importa como indicação de que Caio Prado, com o marxismo possivelmente limitado que conhecia, foi capaz de fazer uma obra monumental, precisamente por ter sabido reter do marxismo o que nele é mais importante: a abordagem. Abordagem esta que lhe permitiu elevar-se do abstrato ao concreto, reconstruindo, nesse ínterim, a totalidade da experiência brasileira. Assim, para entender o Brasil, partiu de algo abstrato como foi o sentido da colonização entre nós, sentido que não é mesmo exclusivo a brasileiros mas a todos aqueles povos em que a colonização foi de exploração, e foi reconstruindo nossa experiência, toda ela marcada por esse dado original, até concluir que para nos realizarmos deveríamos superá-la.

Isto é, Caio Prado mostra como, a partir do sentido da colonização, organiza-se o povoamento, a produção, a sociedade, a política e a cultura do Brasil (25). Assinala, entretanto, que a experiência brasileira é uma totalidade histórica, portanto, um processo dinâmico. Dessa forma, a partir de um eixo central, dado pelo sentido da colonização, a formação econômico-social brasileira se modifica, abrindo mesmo caminho para a superação da situação colonial. Nesse quadro, há um marco principal: a criação, a partir de 1808, de uma organização jurídico-política própria. Esta organização jurídico-política toma como modelo as instituições liberais do centro capitalista, que pressupõem a cidadania. Estabelece-se, assim, uma tensão entre a infra-estrutura brasileira, que continua colonial, e aspectos da superestrutura, que pressionam pela constituição de uma Nação (26).

Caio Prado nota, portanto, que o mais importante na experiência brasileira é a superação da situação colonial e a constituição de uma situação nacional. Ou seja, o caminho que se inicia pela formação do Brasil contemporâneo leva naturalmente à revolução brasileira. Tendo começado como colônia que tinha sua razão de ser na produção de alguns gêneros de alto valor no mercado internacional, o que implica

numa quase completa desconsideração por aqueles que produzem esses bens, devemos caminhar para algo diferente, uma nação integrada. A totalidade brasileira, conseqüentemente, revela-se e se realiza precisamente no momento de superação da situação colonial.

Fica, portanto, claro, pelo tratamento que dá à experiência brasileira, que Caio Prado Jr. tem plena consciência da necessidade que tem o observador da realidade social de apreendê-la como totalidade. Nota que, apesar de a história ser feita de um “cipoal de incidentes secundários”, que podem até mesmo nos confundir, há um certo “sentido” que lhe confere inteligibilidade, o que reflete o fato de que “todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si sós incompletas, de um *todo* que deve ser sempre o objetivo último do historiador” (27). Assim, a grande contribuição de Caio Prado Jr. é mostrar que se pode entender o passado brasileiro sobretudo pelo “sentido” que assumiu a colonização entre nós. Por ter compreendido esse sentido – de empreendimento comercial voltado para o mercado externo baseado na produção de gêneros tropicais em grandes unidades trabalhadas pelo braço escravo – Caio Prado pôde revelar o que foi a essência da experiência colonial brasileira. Assim, o retrato que fornece do Brasil colônia não é de um mero amontoado de eventos e características combinados aleatoriamente, mas de uma certa sociedade que, mesmo problemáticamente, começa a se formar.

O maior mérito de Caio Prado Jr. em relação a outros intérpretes do passado brasileiro está precisamente nessa capacidade de fornecer uma visão mais completa do que foi a nossa história. Enquanto outros autores privilegiaram um aspecto ou outro de nossa realidade, Caio Prado, particularmente ao considerar a Colônia brasileira e a grande exploração agrária como totalidades (28), abre caminho para se entender como seus diferentes elementos se combinam de forma original (29).

Assim, mesmo as brilhantes interpretações dos “companheiros de geração” de Caio, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de

Holanda, em que persiste a preocupação “ensaística” de fornecer grandes explicações do Brasil, são incapazes, apesar de tudo, de articular satisfatoriamente as partes em que organizam suas análises. Portanto, a principal crítica que se pode fazer a esses dois autores é que mesmo tendo identificado questões centrais para nossa formação – respectivamente o desenvolvimento de toda uma civilização a partir da família patriarcal (30) e a ação de um tipo humano particular na Colônia, o aventureiro – não deram a devida atenção ao elemento central da colonização: seu sentido. Quem fez isso foi Caio Prado Jr., que mostrou como a sociedade que começou a se formar no Brasil a partir da Colônia se organizou toda ela para produzir alguns gêneros tropicais demandados pelo mercado externo. A partir daí, pode-se notar que não é a família patriarcal ou o aventureiro que explicam a Colônia, mas, ao contrário, o sentido que assumiu a colonização no Brasil que faz com que aqui se tenha desenvolvido um certo tipo de família e de homem.

Já em relação à Nação em constituição, Caio Prado nota que “a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, a nova política por ela no Brasil inaugurada e a subsequente emancipação da colônia, assinalam uma nova fase bem caracterizada em nossa evolução econômica. Embora se conserve a formação e evolução colonial brasileira [...] entramos então nitidamente num período diferente do anterior”. O que se dá principalmente por se ter constituído um Estado nacional autônomo no Brasil. Dessa forma, passa a existir “um desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada” (31).

Caio Prado Jr. mostra, dessa forma, que uma das principais contradições brasileiras, se não a maior, é a existente entre a organização jurídico-política e a estrutura econômico-social do país. Por um lado, para se criar o Estado nacional, toma-se como modelo aquilo que existe no centro capitalista, o que tende a fazer com que se transplantem para cá instituições liberais que

deveriam ser garantidoras da cidadania. Por outro lado, a produção é toda ela voltada para necessidades estranhas à da população local, o que cria uma situação de exclusão da maior parte dos habitantes do Brasil. Em resumo, apesar dos requisitos ideais da política, “a economia nacional, e com ela a nossa organização social, assente como estava numa larga base escravista, não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular” (32). Portanto, a transformação no Brasil deve ser no sentido de fazer com que economia e sociedade realizem as promessas contidas na ordem jurídico-política existente.

Finalmente, o retrato que Caio Prado Jr. fornece do Brasil de seus dias é claramente de uma formação econômico-social: “[...] constituímos um complexo de formas econômicas onde se articulam e mais ou menos frouxamente se entrosam entre si as mais variadas situações”. Mas, se é verdade que “certos anacronismos berrantes [...] sempre existem em qualquer tempo ou lugar”, aqui eles são “caracteres fundamentais de nossa estrutura econômica”.

Constata-se pelo trecho acima de *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* que, mais do que uma formação econômico-social qualquer, o que Caio Prado analisa são as particularidades da formação econômico-social brasileira. Mostra, assim, o que é comum a toda formação econômico-social, o convívio entre situações características de tempos históricos variados, e o que é específico à nossa formação econômico-social, o caráter particularmente contrastante que assume esse convívio no Brasil.

O que explica não termos seguido a “via clássica” de desenvolvimento capitalista. Assinala que, enquanto nos países que nos servem de modelo, o desenvolvimento capitalista foi produto de uma longa evolução histórica, aqui ele “se precipitou num ritmo irregular e espasmódico que o país em conjunto não pôde acompanhar”. Como resultado, acumularam-se “lado a lado, e freqüentemente numa confusão inextricável, formas econômicas de contraste chocante que pertenceriam, numa

evolução mais regular, a épocas largamente afastadas entre si”. Assim, nossa história “ainda é [...], em muitos casos, uma atualidade” (33). Ainda mais importante, como nota Rubens Murilo Leão Rêgo, Caio ao perceber que há no Brasil uma “ausência de processos de ruptura com as formas sociais e econômicas básicas” (34) identifica o traço que mais nos marca como formação econômico-social específica.

Esse quadro contribui para que em nossa sociedade o tempo “se projete no espaço”. Situação que possibilita mesmo ao historiador brasileiro recorrer a um método bastante original, em que é “muitas vezes preferível uma viagem pelas nossas diferentes regiões, à compulsão de documentos e textos” (35). Entende-se, dessa forma, a observação que Caio Prado Jr. certa vez ouviu de um professor estrangeiro “que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado” (36).

Dentre as formas econômicas presentes no Brasil, destacam-se duas: as características do período colonial e as que começam a aparecer e apontam para o estabelecimento do que Caio Prado entende ser uma verdadeira nação. Enquanto as primeiras mantêm a tradicional vinculação com o mercado externo, a nacionalidade em constitui-

ção faz com que o mercado interno ganhe importância. Como diz Caio: “[...] em síntese, a presente fase do processo histórico se caracteriza [...] pelas contradições que resultam fundamentalmente de uma dualidade de setores ou sistemas econômicos imbricados um no outro: um, o tradicional, centrado na produção de gêneros primários destinados à exportação; o outro, emergente desse e constituído em seu seio, mas que se volta para o mercado interno, e tem por base essencial a indústria” (37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas talvez mais importante do que tudo que se afirmou nesse artigo seja o fato que a utilização do marxismo por parte de Caio Prado Jr. sugere uma solução positiva para o dilema proposto por Antonio Gramsci: “[...] o problema que surge é saber se uma verdade teórica, cuja descoberta corresponde a uma prática específica, pode ser generalizada e considerada como universal para uma época histórica. A prova de sua universalidade consiste precisamente: 1) em se transformar num estímulo para conhecer melhor a realidade concreta de uma situação que é diferente daquela em



Caio Prado e sua esposa Nena, no carnaval de 1943

que foi descoberta; 2) [...] Na sua capacidade de se incorporar nessa mesma realidade como se ela fosse originalmente uma expressão dela” (38). Ou seja, a universalidade do marxismo consistiria precisamente na sua capacidade de se converter em uma força viva nas mais variadas sociedades, o que faria que, de verdade teórica abstrata, passasse a ser uma universalidade concreta (39).

Nossa tese, conseqüentemente, é que iniciativas como as de Caio Prado, de buscar, através de uma abordagem marxista, compreender a particularidade brasileira, tornam possível tanto utilizar o marxismo como uma importante ferramenta teórica para entender o Brasil, como demonstram a capacidade que tem essa teoria de explicar sociedades as mais diversas (40). Ou seja, há na obra de Caio duas dimensões principais – uma ligada à teoria marxista, a outra à realidade brasileira – que se fundem devido ao sucesso que teve em utilizar o materialismo histórico na análise de nossa formação econômico-social. Essa fusão deve mesmo abrir caminho para que teoria e realidade se transformem. A teoria, ao buscar apreender as especificidades inerentes a qualquer formação econômico-social, terá de ir além de certos esquemas simplificadores que tem necessidade de utilizar. Por outro lado, o esforço teórico só faz sentido se servir para modificar a realidade com a qual tem de se defrontar.

Nesse sentido, pode-se considerar que Caio Prado Jr. e outros pensadores, como o italiano Gramsci e o peruano Mariátegui, procuraram, a partir de suas respectivas realidades nacionais, fazer uma obra comparável à empreendida por Lênin e seus camaradas, de “russificar” o marxismo. O ponto mais importante que os aproxima é justamente o reconhecimento da necessidade de se agir a partir de realidades nacionais concretas. Os três, ao mesmo tempo que sentem a debilidade de suas nações – fruto de revoluções que não chegaram a se completar, o *Risorgimento* italiano e as independências peruana e brasileira –, têm como objetivo final o socialismo. Sabem, entretanto, que o socialismo não surgirá

abstratamente do nada, mas, ao contrário, de concretos bastante particulares, a nação italiana, peruana ou brasileira, com o projeto da realização do socialismo e dessas nações se confundindo.

Pode-se mesmo considerar que o grande tema de Gramsci, Mariátegui e Caio Prado Jr. é coincidente: o passado nacional. O que não deriva apenas de uma possível crença compartilhada na afirmação de Benedetto Croce, de que “toda história é história contemporânea”, mas do reconhecimento de que na Itália, no Peru e no Brasil o passado é, como nota Leopoldo Zea (41), antes de tudo um obstáculo, isto é, algo que impede a realização do presente e do futuro. Assim, a influência da Igreja Católica, herdeira das pretensões de universalidade do Império Romano, dificulta a constituição de uma nação italiana; a forma como desde a Conquista se trata os índios, de uma nação peruana; e o sentido que teve a colonização no Brasil, de uma nação brasileira. Tem-se mesmo a impressão de que, nos três países, diferentes épocas históricas se sobrepõem, possibilitando ao estudioso, de maneira similar ao arqueólogo, observá-las quase que simultaneamente.

Ao tratar desse passado, que se prolonga no presente, fazendo com que o capitalismo de hoje se alimente de resquícios de situações pretéritas, Gramsci, Mariátegui e Caio Prado Jr. filiam-se à numerosa família de autores que produziram textos sobre a modernização conservadora. Assim, parecem concordar com Barrington Moore (42) quanto ao fato de que as Revoluções Burguesas não seguem necessariamente a “via clássica”, de ruptura com o passado e de produção, ao final do percurso, de um casamento de capitalismo na economia e democracia na política. Ao contrário, nossos autores apontam para o fato de que em seus países não houve um deslocamento das velhas classes dominantes para novos grupos, até porque os dois setores se confundiram. Sugerem, portanto, que “casos atípicos” como os da Itália, Peru, Brasil, Alemanha e Japão, de revoluções “vindas de cima”, não são tão incomuns assim.

NOTAS

- 1 Antonio Candido, "Prefácio", in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1978.
- 2 Não há, propriamente, uma interpretação dessas externalizada, mas uma certa sensibilidade, presente em, por exemplo: Fernando Henrique Cardoso, "Livros que Inventaram o Brasil", in *Novos Estudos do Cebrap*, nº 37, 1993; Richard Morse, *A Volta de Mchumanaima*, trad. Paulo Henriques Britto, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- 3 Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo, Ática, 1980, p. 28.
- 4 Renato Ortiz, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 45.
- 5 Interpretações mais recentes da obra de Gilberto Freyre têm, porém, modificado sua imagem. Ultimamente tem se valorizado sobretudo sua preocupação com temas mais subterrâneos das ciências sociais, como o cotidiano e a vida privada, aos quais prestou atenção bem antes da chamada nova história. Mesmo as avaliações a respeito da representação que o mestre de Apipucos faz da sociedade brasileira já não são iguais as de alguns anos atrás; se antes, o que se ressaltava eram os aspectos falsificadores e idealizadores da experiência brasileira presentes nos seus livros, agora, chama cada vez mais a atenção um conflito interno à obra do sociólogo pernambucano entre elementos que identifica como positivos na relação das três culturas que nos formaram e elementos negativos, presentes na violência que caracterizava uma sociedade como a colonial, baseada na escravidão, e para os quais não deixa de chamar a atenção. Ver: Luiz Felipe de Alencastro, "Prefácio", in Fernando Novais (coordenador), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997; Ricardo Benzaquen de Araújo, *Guerra e Paz – Casa Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994; Roberto DaMatta, "A Originalidade de Gilberto Freyre", in *Anpocs-BIB*, nº 34, 1987.
- 6 Carlos Franco, in José Aricó, *Marx e a América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 7 Um bom exemplo dessa atitude é a reação de Vittorio Clodovilla, então chefe do secretariado sul-americano do Comintern, a um informe da delegação peruana apresentado na Conferência Comunista Latino-Americana de 1929 em que se usa a expressão "realidade peruana". Indignado com o termo, Clodovilla nega "que existiriam tais especificidades no Peru ou em qualquer outro país da América Latina" (Leopoldo Mármora, *El Concepto Socialista de Nación*, Mexico DF, Ediciones Passado y Presente, 1986, p. 256).
- 8 Mesmo que Haya não fosse propriamente marxista, com o marxismo aparecendo como uma de suas múltiplas influências intelectuais – entre as quais estão o indianismo peruano, a Revolução Mexicana, o pensamento de Einstein, a Revolução Nacionalista Chinesa, etc. –, certas preocupações suas o aproximam dos socialistas latino-americanos. Em particular, seu grande tema, a questão nacional, é o mesmo da sensibilidade de esquerda latino-americana. O fundador da Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra) nutriu, além do mais, verdadeiro fascínio pela Revolução de Outubro nos seus primeiros dias, tendo mesmo estado próximo de Moscou até 1927, quando no Congresso Antiimperialista de Bruxelas daquele ano acabou rompendo com o regime soviético.
- 9 O que é mais significativo é que fizeram isso num contexto altamente desfavorável, em que praticamente o único marxismo que se conhecia era o marxismo-leninismo codificado pelas fórmulas simplistas da Internacional Comunista. Foram, portanto, "solitários" que anteciparam boa parte das análises da "crítica à economia política da Cepal", que, como sugere Fernando Novais, é o momento de consolidação teórica do marxismo na América Latina. Ver: Fernando Novais, "Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira", in Ricardo Moraes (org.), *Inteligência Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 10 Guido Mantega dá como exemplos de livros brasileiros da década de 60 com a palavra revolução em seu título: *Introdução à Revolução Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, *A Pré-Revolução Brasileira*, de Celso Furtado, *O Caminho da Revolução Brasileira*, de Moniz Bandeira, e *Perspectivas da Revolução Brasileira*, de Marcos Peri. Ver: Guido Mantega, *A Economia Política Brasileira*, Petrópolis, Polis/Vozes, 1984.
- 11 Já em um texto de 1947, escrito para o IV Congresso do PCB que deveria se realizar no ano seguinte, Caio Prado denuncia o mecanicismo da análise da maior parte de nossos marxistas que "apegando-se estreitamente aos textos de Marx, Engels e Lênin [...] não sabem interpretá-los". Assim, se contentariam em procurar "artificialmente e à custa de graves deformações encaixar os fatos que têm sob as vistas dentro dos esquemas que encontram nas obras clássicas do materialismo dialético". O que levaria a "deformações grosseiras e mesmo a deturpações completas" (Caio Prado Jr., "Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira", in *A Classe Operária*, 19 de abril de 1947).
- 12 Certas experiências latino-americanas foram, porém, diferentes. Este foi o caso particularmente da Argentina, que do final do século passado até o aparecimento do peronismo contou com o forte Partido Socialista de Juan Justo, e do Chile, onde os mineiros, liderados por Luis Emilio Recabarren, fundaram em 1906 o Partido Obrero Socialista.
- 13 Morse, *O Espelho de Próspero*, trad. Paulo Neves, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- 14 Nossa esquerda, como nota Fernando Pedreira, é "nacionalista e pequeno-burguesa"; todavia, seu nacionalismo, mesmo que muitas vezes equivocado, de forma geral não a desmerece. Ocorre justamente o contrário, em razão de haver uma clara identificação na América Latina entre os objetivos da independência nacional e da mudança social. O que não se dá por acaso, já que os países da América Latina são fruto de revoluções incompletas, nossas independências são do século passado. Dessa forma, nações inconclusas têm como principal problema justamente o fato de não conseguirem integrar a maior parte de suas populações à vida nacional. Por outro lado, a esquerda latino-americana não foi capaz de elaborar uma teoria que desse conta de nossa questão nacional. Ao contrário, contentou-se em consumir o que havia sido criado a partir de uma outra realidade, verdade que em alguns pontos similares à nossa, a da Rússia czarista. Ver: Fernando Pedreira, *Impávido Colosso*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- 15 José Murilo Carvalho, "Escravidão e Razão Nacional", in *Dados*, v. XXXI, n. 31, 1988.
- 16 O que está, porém, longe de se limitar aos livros de Caio Prado. Como nota Paulo Arantes, a reflexão mais significativa sobre o país, desde a independência, gira "em torno do esforço, a um tempo de ilustração e expressão, voltado para a desobstrução das vias de passagem da Colônia para a Nação" (Paulo Arantes, *O Fio da Meada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 93).
- 17 Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 9.
- 18 Idem, *ibidem*, p. 10.
- 19 Idem, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo, Gráfica Urupês, 1954, p. 224.
- 20 Como aponta Georg Lukács, "a categoria da totalidade, a supremacia do todo sobre as partes, é a essência do método que Marx herdou de Hegel e brilhantemente transformou na fundação de uma ciência completamente nova" (*History and Class Consciousness*, trad. Rodney Livingstone, Cambridge, The MIT Press, 1990, p. 27).
- 21 Entendo por formação econômico-social a situação de convívio numa sociedade concreta de diferentes modos de produção. Formação econômico-social é, portanto, uma categoria menos abstrata do que modo de produção. Mas dentro de uma formação econômico-social, por exemplo a Rússia de 1898, um certo modo de produção é sempre dominante, no caso, o capitalismo. Assim, apesar da presença de diferentes modos de produção, pode-se considerar a Rússia em 1898 como capitalista. É bastante natural também que em situações de transição, como

a da Rússia do final do século passado e a do Brasil de desde a independência, acentuada pela abolição, o antagonismo entre diferentes situações econômicas, presente em toda formação econômico-social, se apresenta de maneira mais clara. Sobre formação econômico-social e a polêmica a respeito da categoria ver: Cesare Luporini e Emilio Sereni, *El Concepto de Formación Económico-Social*, Buenos Aires, Ediciones Passado y Presente, 1973, especialmente o artigo de Labica.

Caio Prado, entretanto, ao falar da formação econômico-social brasileira, toma, em geral, o cuidado de não utilizar a expressão "modo de produção" para se referir às diferentes formas econômicas aqui presentes. Faz isso corretamente, devido à dificuldade de caracterizá-las propriamente como modos de produção. A idéia principal por trás da categoria de formação econômico-social, o convívio entre situações econômicas diferentes, está, contudo, claramente presente na análise de Caio da sociedade brasileira.

- 22 Como nota Mármora, "a práxis dos marxistas em relação à questão nacional esteve orientada sucessivamente por dois paradigmas principais: o internacionalismo proletário e o nacionalismo antiimperialista" (Mármora, op. cit., p. 12). Ambos correspondem a duas fases históricas bem precisas: a constituição do proletariado na Europa do século passado e à descolonização deste século.
- 23 Antonio Candido, "A Força do Concreto", in Maria Angela D'Incao, *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Jr.*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- 24 Carlos Nelson Coutinho, "Uma Via Não-clássica para o Capitalismo", in D'Incao, *História e Ideal*, op. cit. Este autor dá como exemplos da ignorância marxista de Caio Prado Jr. sua não utilização do conceito de modo de produção ao analisar o sistema colonial brasileiro e de capitalismo de Estado ao discutir o papel do aparelho de Estado no nosso desenvolvimento capitalista. Pode-se considerar, porém, que há um certo formalismo daqueles que fazem questão de definir um modo de produção colonial, seja ele considerado como feudal ou escravista, já que ao insistirem na necessidade de se privilegiar a análise das relações de produção dos tempos coloniais acabam por esquecer que o mais importante nessa época eram relações de circulação (no caso, externas a ela), no quadro da acumulação primitiva de capital. Caio Prado Jr., portanto, não chega a resolver o impasse teórico da conceituação do modo de produção colonial, mas evita equívocos, como o de considerar o Brasil como capitalista desde sempre ou caracterizar o que existia aqui como um modo de produção específico. No entanto, chama a atenção principalmente para a questão fundamental do período colonial: o peso que têm fatores externos no desenvolvimento da sociedade então em formação.
- 25 Mesmo que considere acertadamente em *Formação do Brasil Contemporâneo* que o papel da superestrutura seja menor numa sociedade assentada na escravidão, é capaz de notar que "no grande domínio (desenvolvem-se) um conjunto de relações diferentes das de simples propriedade escravista e exploração econômica. Relações mais amenas, mais humanas, que envolvem toda sorte de sentimentos afetivos. E se de um lado estas novas relações abrandam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas a reforçam, porque a tomam mais consentida e aceita por todos" (Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 289).
- 26 Mas, como bom observador que é, Caio é capaz de notar, mesmo na economia e na sociedade brasileiras, traços que apontam para essa nacionalidade em constituição. Os traços mais relevantes são: o incremento do mercado interno e, por reflexo, do setor que chama de inorgânico de nossa sociedade.
- 27 Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 19.
- 28 Assinala o historiador paulista: "[...] nota-se que emprego esta expressão 'sistema colonial', não no sentido restrito de regime de colônia, de subordinação política e administrativa à metrópole; mas no conjunto de caracteres e elementos econômicos, sociais e políticos que constituem a obra aqui realizada pela colonização, e que deram no Brasil" (Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 358).
- 29 Mas para que a análise de Caio Prado Jr. sobre a colônia brasileira fosse realmente completa, ela não deveria se ater apenas ao Brasil, mas mostrar como o funcionamento de nosso sistema colonial se articula no movimento mais geral do capital, particularmente no momento de passagem do feudalismo para o capitalismo. É verdade que, em praticamente todos os trabalhos de nosso autor sobre o sistema colonial, está sugerido o papel que ele desempenha no quadro mais amplo do capitalismo mercantil, mas não chega a demonstrá-lo de forma exaustiva. Quem faz isso, seguindo as pistas deixadas pelo mestre, é seu discípulo Fernando Novais, que mostra como a colonização "organiza-se no sentido de promover a primitiva acumulação nos quadros da economia européia. [...] É esse sentido profundo que articula todas as peças do sistema" (Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Regime Colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1995, p. 97). Nesse quadro mais amplo, o grande interesse das colônias está em revelar, de forma mais clara, o que está encoberto nas metrópoles. Assim, a escravidão *sans phrase* do Novo Mundo revela o que é realmente o trabalho assalariado, forma de escravidão disfarçada, que prevalece na metrópole. Entende-se, dessa forma, a afirmação de Marx sobre um tal de E. G. Wakefield, que não teria como "grande mérito [...] ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas ter descoberto nas colônias a verdade sobre as condições capitalistas da metrópole" (Marx, *O Capital*, v. I, São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 296).
- 30 Sobre a civilização particular que a escravidão pode formar, ver: Eugene Genovese, *The World the Slaveholders Made*, Hanover, Wesleyan University Press, 1988. Como o próprio título do livro sugere e o historiador americano admite, sua análise é bastante influenciada por Gilberto Freyre.
- 31 Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 140.
- 32 Idem, *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 67. Coerentemente, Caio Prado Jr. considera que "de maior projeção ainda (do que a formação do Estado nacional), no que diz respeito à transformação da antiga colônia em coletividade nacional integrada e organizada, são estes primeiros passos decisivos da incorporação efetiva da massa trabalhadora à sociedade brasileira que consistem na supressão do tráfico africano (1850) e seus corolários naturais: o estímulo à imigração européia de trabalhadores destinados a suprir a falta de mão-de-obra provocada pela supressão daquele tráfico, e a abolição da escravidão" (Prado Jr., *História e Desenvolvimento*, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 84).
- 33 Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, op. cit., p. 6.
- 34 Rubens Murilo Leão Rêgo, *O Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr. – Continuidade e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, tese de doutoramento apresentada no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1995, p. 237.
- 35 Prado Jr., *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, op. cit., p. 30.
- 36 Idem, *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 12.
- 37 Idem, *História e Desenvolvimento*, op. cit., p. 131.
- 38 Gramsci, *Escritos Políticos*, sem indicação de tradutor, Mexico DF, Ediciones Passado y Presente, 1977, p. 201.
- 39 Aricé, *Maritégui y los Orígenes del Marxismo Latino Americano*, Mexico DF, Ediciones Passado y Presente, 1978.
- 40 Uma coisa é dizer que a explicação de Marx sobre o capitalismo corresponde a certas condições específicas, outra é afirmar que seu método tem uma validade que vai além dessas condições. Assim, mesmo que boa parte das descobertas de Marx tenham como referência básica a Inglaterra vitoriana, a forma como ele chegou a estas descobertas pode ser útil para a compreensão de outras épocas e sociedades.
- 41 Leopoldo Zea, *El Pensamiento Latino-Americano*, Barcelona, Ariel, 1976.
- 42 Barrington Moore, *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

